

Notícias Sindicais, 27/05/14

Jornal da Energia, 26/05/14

Funcionários da Eletrobras podem parar por 72h

Se a estatal não apresentar proposta, a categoria promete paralisar as atividades de 28 a 30 de maio todas as empresas

Por Maria Domingues

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) seguem pressionando o governo para garantir o pagamento sobre Participação dos Lucros e Resultados (PLR) dos funcionários do Sistema Eletrobras relativo a 2014. Se a estatal não apresentar proposta, a categoria promete paralisar as atividades por 72h, de 28 a 30 de maio, em todas as empresas.

Esta deverá ser a segunda manifestação do gênero. No final de abril, cerca de 95% dos funcionários da Eletrobras cruzaram os braços, por dois dias, para reivindicar o pagamento da PLR.

A paralisação de 72h já foi aprovada pelos trabalhadores, em assembleias realizadas nas diversas empresas. Sua efetivação dependerá dos desdobramentos do encontro entre a direção da Eletrobras com representantes do Departamento de Controle das Empresas Estatais (DEST). Uma reunião das entidades sindicais será realizada nesta segunda-feira (26), na sede do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Distrito Federal (STIU-DF) para discutir uma eventual proposta da empresa e os rumos do movimento.

Agência Brasil, 27/05/14

Justiça considera abusiva greve dos motoristas de ônibus em São Paulo

Daniel Mello - Repórter da Agência Brasil Edição: Stênio Ribeiro

O colegiado do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região considerou hoje (26) abusiva a greve dos rodoviários da capital paulista. A paralisação parcial de motoristas e cobradores, na semana passada, chegou a interditar metade dos 28 terminais de ônibus da cidade. O movimento foi deflagrado por profissionais que se diziam insatisfeitos pelo acordo coletivo aprovado em assembleia pelo sindicato da categoria.

Os grevistas deverão compensar os dois dias parados com uma hora a mais de trabalho por dia. Os sindicatos dos Motoristas e Trabalhadores Rodoviário Urbano de São Paulo (Sindmotoristas) e das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPUrbanuss) vão pagar multa de R\$ 200 mil em partes iguais.

Apesar das entidades alegarem não ter participação direta na greve, a relatora, desembargadora Ivani Contini Bramante, avaliou que ambos têm responsabilidade nos prejuízos causados à população. A sanção - R\$ 100 mil por dia de paralisação - será revertida para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. A audiência, que durou uma hora e 30 minutos, avaliou que o movimento desobedeceu as normas legais. Faltou, segundo os desembargadores, aviso prévio (os grevistas deveriam anunciar a paralisação com pelo menos 72 horas de antecedência) e assembleia para legitimar a ação.

Na tarde de hoje, também houve audiência de conciliação, no TRT, entre a empresa MobiBrasil, que opera linhas de ônibus em Diadema, Grande São Paulo, e os trabalhadores. Os motoristas e cobradores da companhia fizeram movimento semelhante ao dos paulistanos, na semana passada. O encontro acabou sem acordo, após a empresa rejeitar a proposta apresentada pelo próprio tribunal. Empresa e sindicato terão agora 48 horas para apresentar a defesa antes do caso seguir para julgamento.

Agência Brasil, 27/05/14

IBGE inicia greve por valorização dos servidores e "democracia" na gestão

Isabela Vieira - Repórter da Agência Brasil Edição: Graça Adjuto

Servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começam hoje (26) uma greve em defesa de democracia interna e valorização do corpo funcional. A paralisação coincidirá com a divulgação dos resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro semestre de 2014, previstos para serem apresentados sexta-feira (30), no Rio de Janeiro.

De acordo com uma das diretoras da Associação de Servidores do IBGE, Ana Magni, a categoria reivindica aumento do orçamento do órgão, para atender às metas de planejamento, a contratação de 4 mil servidores e equiparação salarial a funcionários de outros órgãos, como o Banco Central e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

"Temos milhares de vagas que precisam ser recompostas, aposentadorias crescentes, trabalho precário e temporário na ponta, que precisamos substituir, além de recomposição de salários condizentes com outros órgãos do Ministério do Planejamento", disse ela.

Os servidores também cobram participação nas decisões de gestão e democracia interna. “Reivindicamos participar das decisões sobre o futuro da instituição, nos moldes de outros órgão que têm um congresso institucional que pensa, debate e escolhe seus dirigentes”. Segundo Ana, a ideia é escolher gestores que não fiquem “à mercê de intempéries políticas e econômicas”.

Apesar da paralisação, está mantida a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), com dados nacionais sobre o mercado de trabalho. A publicação, que substituirá a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) – e avalia seis regiões metropolitanas-, chegou a ser cancelada pelo órgão e depois retomada. “Juntamente com a sociedade, conseguimos manter essa publicação. A divulgação desses dados é uma questão de honra”, disse a diretora.

Sobre a divulgação do PIB, Ana Magni disse que não é possível prever o impacto sobre a publicação, que está em estágio avançado. “Não sabemos ainda a intensidade e o ritmo da greve”.

Devem paralisar as atividades funcionários de Alagoas, do Amapá, Amazonas, Distrito Federal, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Paraná, Rio Grande do Sul, de São Paulo, Santa Catarina e unidades do Rio de Janeiro. Novas assembleias estão previstas ao longo desta semana. Procurado pela *Agência Brasil* na última sexta-feira (23), o IBGE, que tem 5,7 mil funcionários em todo o país, disse que só comentaria a paralisação nesta segunda-feira.

Agência Brasil, 27/05/14

Greve de servidores do IBGE não impede divulgação de pesquisas

Nielmar de Oliveira - Repórter da Agência Brasil Edição: Stênio Ribeiro

Os servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deram início hoje (26) a uma greve nacional “em defesa da democracia interna e valorização do seu corpo funcional”, três dias antes de o órgão - responsável pelas principais pesquisas do país - completar 78 anos de fundação, na próxima quinta-feira (29).

Apesar da paralisação, que deve atingir em torno de 60% a 70% do seu corpo funcional até o fim da semana, segundo o Sindicato Nacional dos Servidores do IBGE (Assibge), os três índices previstos para serem publicados esta semana serão divulgados normalmente: o Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país), a Estatística do Cadastro Central de Empresas e o Índice de Preços ao Produtor – Indústria de Transformação.

Na avaliação de uma das diretoras da Associação dos Servidores do IBGE, Ana Magni, a greve já é uma realidade em praticamente todo o país, embora ainda não seja possível fazer uma avaliação do grau de adesões no Rio de Janeiro, uma vez que setores importantes como os da Avenida Canabarro, no Maracanã, e o da Avenida Chile, sede administrativa do órgão, ainda realizarão assembleias para discutir a paralisação.

“Importante ressaltar que não é uma greve por melhores salários, mas de muito debate sobre o futuro da instituição. Nós não estamos em uma campanha por melhorias salariais, mas sim em defesa do IBGE. Um instituto fundamental para o planejamento público e privado do país. Nós acreditamos que chegaremos ao final da semana com uma adesão entre 60% a 70% dos servidores”.

Segundo a diretora, São Paulo, Alagoas, Amazonas, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Amapá e as unidades de Parada de Lucas, na zona norte, e Unidade Estadual do Rio de Janeiro, no Castelo, já deliberaram e decidiram pela paralisação.

Procurado pela *Agência Brasil*, o IBGE informou que o instituto se pronunciará oficialmente ainda hoje, quando a presidenta da órgão, Wasmália Bivar, receberá a imprensa para entrevista.

A crise no IBGE iniciou-se com a suspensão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), com maior abrangência do mercado de trabalho que a Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

A decisão gerou crise no IBGE e levou os funcionários às ruas para cobrar a divulgação do calendário e a manutenção da metodologia da pesquisa. Além da metodologia, a Associação dos Servidores do IBGE defendeu a democratização da gestão do IBGE, a autonomia técnica da instituição, reajuste salarial e a substituição do trabalho temporário pelo efetivo.

No último dia 5, o IBGE anunciou que o Conselho Diretor do Instituto havia decidido, por unanimidade, manter o calendário inicial de divulgação da Pnad Contínua e que a sua divulgação acontecerá no próximo dia 3, conforme cronograma inicial.

A divulgação trimestral dos números da pesquisa fora suspensa até o início de 2015 para adequá-la à legislação. Na ocasião, o IBGE explicou que parlamentares tinham questionado a metodologia de cálculo da renda domiciliar *per capita* da Pnad Contínua. As estimativas serviriam de base para o rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), conforme definido pela Lei Complementar 143/2013.

Em entrevista coletiva, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, chegou a defender a suspensão do calendário de divulgação da pesquisa, alegando que o IBGE corria o risco de não conseguir oferecer a qualidade necessária na divulgação dos dados da Pnad Contínua.

Portal da CUT

Encontro debate desafios da indústria brasileira e propostas dos trabalhadores

26/05/2014

Macrossetor da Indústria da CUT se reúne nesta terça (27) para definir pauta a ser levada ao ministro da Indústria. Defesa do emprego é um dos principais temas

Escrito por: Solange do Espírito Santo - CNM/CUT

A CUT e suas cinco confederações nacionais de trabalhadores na indústria realizam nesta terça-feira (27), em São Paulo (SP), o "Encontro do Macrossetor da Indústria: Desafios Conjunturais e Estruturais da Indústria Brasileira". O evento reunirá dirigentes sindicais metalúrgicos, químicos, do vestuário, alimentação e construção de todo o país e tem o objetivo de avaliar a situação do ramo industrial brasileiro e discutir propostas a serem apresentadas na quarta-feira (28), em Brasília, em audiência com o ministro Mauro Borges, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

"Esta audiência é um desdobramento de reunião anterior que todos os presidentes das confederações do Macrossetor da Indústria tiveram com o ministro, em março. Naquela ocasião, acertamos uma agenda bimestral para debater e encaminhar as propostas dos trabalhadores para a política industrial brasileira", lembra Paulo Cayres, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT). Além dele, estiveram naquela audiência os presidentes da Conticom (construção civil), Cláudio Gomes, CNTV (vestuário), Cida Trajano, CNQ (químicos), Lu Varjão, e Contac (alimentação), Siderlei Oliveira.

O Encontro desta terça, que acontecerá entre 8h30 e 18h30, no Clube Homs (avenida Paulista, 735), vai traçar um raio X dos cinco setores da indústria, avaliar o Plano Brasil Maior (a política industrial brasileira) sob a perspectiva dos trabalhadores, discutir os principais gargalos da indústria, mecanismos para garantia dos empregos, a experiência de outros países e as propostas a serem apresentadas ao MDIC.

Para falar nos painéis sobre os temas, foram convidados representantes de entidades patronais da indústria, economistas e um representante de cada confederação. O secretário geral da CUT Nacional, Sérgio Nobre, será um dos palestrantes. "Todos os países que investem em desenvolvimento social têm uma indústria forte. Por isso, é importante discutir uma política industrial consistente, que preveja contrapartidas trabalhistas, inclusive", assinala Sérgio Nobre.

Paulo Cayres avalia ainda que o Macrossetor da Indústria da CUT é o principal mecanismo para articular as demandas comuns das diferentes categorias do ramo. "Enfrentamos problemas comuns e, na maioria das vezes, lutamos sozinhos para combatê-los. Com o Macrossetor, ficamos mais fortes, tanto do ponto de vista da luta sindical diária, como também para ter mais peso nos debates com o governo e com entidades empresariais", destaca o presidente da CNM/CUT.

Serviço

** Encontro do Macrossetor da Indústria: Desafios Conjunturais e Estruturais da Indústria Brasileira*

27 de maio de 2014 (Terça-feira), das 8h30 às 18h30

Clube Homs (avenida Paulista, 735)

Promoção: Secretaria Geral da CUT Nacional, CNM/CUT, CNQ, CNTV, Contac e Conticom

Portal da CUT

Projeto do Marco Regulatório da Mineração mantém antigos privilégios do capital

26/05/2014

Movimentos sindical, social e ambientalistas unificam luta para barrar a iniciativa; entidades argumentam que proposta não tem embasamento social

Escrito por: William Pedreira

É inegável que o Brasil necessita de um novo marco regulatório da mineração, mas nos moldes como está proposto no Congresso atende apenas aos interesses de uma minoria em detrimento da soberania nacional e da preservação dos recursos naturais.

O modelo vigente é da década de 1940, reformado em 1967, período em que o Brasil vivia sob o regime de opressão e, portanto, reflete as condições político-administrativas da época.

Lourival Andrade, presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social (IBEIDS) explica que não existem critérios para a exploração das jazidas de minério. O sistema aplicado hoje é o de 'quem chega primeiro na fila'. "É o formato utilizado em

todas as capitais. Empresas que controlam as concessões possuem empregados que passam sua vida na fila e ali se aposentam. A mineradora solicita o requerimento de pesquisa e confirmada a viabilidade pede a licença para exploração da jazida”, relata.

Para Andrade, o governo acerta em propor um novo Marco Regulatório da Mineração, porém se equivoca quando constrói uma proposta sem participação dos atores sociais. “Foi uma proposta articulada pela tecnocracia brasileira. É uma iniciativa sem capilaridade e legitimidade social.”

Em junho do ano passado, o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 5.807/13 que dispõe sobre a atividade de mineração. A proposta que já era frágil ficou ainda pior a partir da tramitação no Parlamento.

O projeto foi encaminhado para análise de uma comissão especial da Câmara, cujo relator é o deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG). Foram apresentadas mais de 320 emendas que atendem apenas aos interesses de mineradoras e do mercado internacional.

Das 30 audiências públicas realizadas no período, a participação da sociedade civil foi quase nula. Andrade ressalta que são mais de duas mil cidades com mineração formalizada e legal, mas dessas audiências, apenas 10 ocorreram fora de Brasília.

“O projeto se tornou uma colcha de retalhos moldado aos interesses mercantilistas, comerciais e eleitorais”, critica o presidente do IBEIDS, citando como exemplo a criação da Agência Nacional da Mineração (ANM), prevista no Marco Regulatório, que praticamente retira do Estado a autonomia de planejamento e definição das políticas sobre os recursos naturais do País. “As mineradoras vão dialogar diretamente com uma autarquia e isso poderá resultar na flexibilização de direitos trabalhistas, da legislação ambiental e das formas de licença, concessão e fiscalização, precedente para um verdadeiro balcão de negócios.”

Conflito de interesses – entidades da sociedade civil protocolaram no dia 6 de maio um requerimento contra o deputado Leonardo Quintão por quebra de decoro parlamentar.

Segundo a representação, há um conflito de interesses em relação à escolha do deputado para relatoria do Projeto. Na campanha de 2010, cerca de 20% das doações ao parlamentar vieram de empresas mineradoras. E na relatoria do Marco Regulatório Leonardo Quintão têm defendido de forma irredutível os interesses desse setor.

Dispositivos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara proíbem os deputados de relatarem matérias de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de campanhas eleitorais.

No dia 14, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, arquivou o requerimento apresentado pelas entidades. “Casos como esse mostram a importância de uma reforma política ampla e profunda que possibilite uma mudança na atual correlação de forças nos poderes instituídos”, argumentou Andrade.

- A política está chata? Vamos mudá-la

Sociedade civil na luta - a unidade entre centrais sindicais (CUT, CTB e Nova Central), entidades do movimento sindical, ambientalistas e lutadores sociais conseguiu barrar até o momento a votação do Projeto.

O conjunto de entidades reivindica a imediata retirada de tramitação do PL 5.807/13. A proposta é que o governo convoque uma Conferência Nacional da Mineração Brasileira para 2015, cujo cerne seria a construção de um texto que reflita a diversidade de interesses da sociedade brasileira.

“Antes de votar o projeto queremos a realização desta 1ª Conferência Nacional, com etapas municipais e estaduais, que envolva todos os setores interessados e atingidos”, disse Andrade.

O movimento também encaminhou ao ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ricardo Berzoini, um ofício para que seja convocada uma reunião com o propósito de debater o novo Marco Regulatório da Mineração, “considerando as demandas do Brasil por seus bens minerais de forma a garantir o bom funcionamento das cadeias produtivas.”

Na visão das entidades são cinco os pontos cruciais:

- a forma de concessão que deverá ser feita a partir de licitação/contrato com condicionantes sociais e econômicas, similar ao modelo petrolífero e energético;
- que a Agência Nacional da Mineração cumpra seu papel e não seja um órgão voltado aos interesses comerciais e privados;
- garantia de condições dignas de trabalho. Segundo informações da Fundacentro, o setor de mineração é o que mais acidenta, adoce e mata trabalhadores;
- análise profunda dos impactos ambientais;
- respeito aos direitos das comunidades tradicionais atingidas;

Pelo projeto, haverá o aumento da alíquota da Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral (CFEM) a ser paga como royalties pelas empresas. O valor passará dos atuais 1,8% para 4% e não será mais contabilizado a partir da receita bruta, mas sobre o faturamento final. Os atuais

percentuais de distribuição dos recursos da CFEM serão mantidos: 12% para a União, 23% para os estados e 65% para os municípios.

Andrade rebate o argumento de que com o reflexo da crise e o aumento da alíquota haverá um recuo de investimentos no País. "Continuaremos abaixo da média internacional no que tange contrapartidas pela exploração de bens minerais. Como parâmetro, a tarifa mais alta cobrada na Índia é de 10%, na Austrália de 7,5% e no Canadá 18%, sem contar que no Brasil temos o minério de ferro mais barato do mundo para ser extraído", assinalou.

Para ele, a urgência na aprovação do projeto não se justifica. "É preciso muito cuidado e uma análise profunda, pois este é um setor que destina matéria-prima e garante a pujança dos principais setores econômicos brasileiros. Mas para além da questão econômica, haverá graves impactos ambientais e sociais que devem ser levados em consideração", acrescentou.

** com informações da Agência Brasil*

Portal da CUT

Presidenta da CUT/ES faz análise da maior greve do magistério público estadual na última década

26/05/2014

Noêmia Simonassi ressalta união surpreendente da categoria em momentos de lutas coletivas; Mesmo sindicato não sendo CUTista, Central demonstra seu compromisso com a educação pública
Escrito por: Edilson Lenk – CUT/ES

Teve fim nesta quarta-feira (21) a greve do magistério público estadual do Espírito Santo, que durou 37 dias e se confirmou como a maior greve da categoria na última década. A CUT/ES apoiou e acompanhou de perto todo o desenrolar do movimento, dando apoio irrestrito aos professores e professoras capixabas que lutavam por recomposição salarial e por conquistas para a melhoria da qualidade na educação pública.

A professora e Presidenta da CUT/ES, Noêmia Simonassi, atuou como representante da categoria nas negociações envolvendo as reivindicações do magistério junto ao governo estadual, estando presente em todos os momentos da greve. Nesta entrevista, Noêmia fala sobre as conquistas da greve e a participação da CUT nesse momento de impasse entre governo e magistério estadual.

Quais as principais conquistas dessa greve?

Embora não tenhamos conquistado o reajuste pretendido, com cobertura das perdas inflacionárias, o governo aponta como indicativo para conceder o reajuste a autorização do Tribunal Regional Eleitoral. Para além disso, ele acena também com a criação de grupos de trabalho para implantação da escolha para diretores e coordenadores de escolas com participação da comunidade escolar, além do Estatuto do Magistério. Outros pontos relativos à carreira do magistério também têm a promessa de ser desengavetados. E, também como ponto vitorioso, o magistério sai dessa greve sem sofrer represálias, sem corte de ponto e com a oportunidade de poder discutir, por escola, o calendário de reposição dos dias parados. E uma grande conquista foi a grande participação de toda a comunidade escolar, o que envolveu professores aposentados e da ativa, com significativa participação da juventude e de toda a comunidade escolar, com a solidariedade de alunos e pais e mães.

O magistério passou uma impressão de muita união nesse movimento. Essa impressão está correta?

Sim, está correta. Embora setores minoritários da categoria apostem na desunião, a categoria demonstra uma união surpreendente em momentos de lutas coletivas. O Sindiupes, ao conduzir uma greve de abrangência tão grande, trabalhou bem a coesão da categoria, unificando os discursos e argumentos e mostrando à sociedade que lutamos por uma educação pública de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora. E essa é uma bandeira de toda a sociedade. Então, a diretoria está de parabéns por conduzir tão bem esse movimento, mesmo em uma conjuntura tão adversa.

Qual o papel da CUT durante a greve?

O papel da CUT Espírito Santo foi importantíssimo nessa greve. Ao publicar nota de solidariedade irrestrita ao movimento, a Central se assumiu na luta do magistério estadual. Eu, na condição de presidenta da CUT, acompanhei todo o processo de negociação em todas as suas etapas. Foi também através da CUT que conseguimos uma audiência exclusiva para representantes de alunos junto à Sedu. Mais que tudo isso, o peso do apoio de uma central do porte da CUT é muito importante. Mesmo o Sindiupes não estando filiado à Central, a CUT demonstrou e reafirmou seu compromisso com a defesa da educação pública de qualidade e com a valorização do magistério. É muito gratificante ter uma central sindical como a CUT atuando firmemente como parceira em um momento tenso como é o de uma greve de abrangência estadual.

O Sindiupes sai fortalecido desse movimento?

Completamente. A união demonstrada durante toda a duração da greve tende a perdurar. Saímos da greve com o compromisso de luta pela educação pública de qualidade renovado. Lembrando que tivemos todo apoio de estudantes, pais e mães de alunos, além de uma grande união da categoria. Somos hoje mais que vencedores nesse momento me que chamamos a sociedade a refletir sobre bandeiras de luta que ultrapassam a questão salarial e apontam categoricamente para a valorização da educação e do magistério.

Quais os próximos passos na luta pela educação pública de qualidade?

Temos que avançar em nossas bandeiras de luta e fazer com que o que foi prometido pelo governo do estado se concretize. Entendemos que a gestão democrática com eleição direta para diretores e coordenadores é ponto importantíssimo na construção da educação que queremos, bem como um plano de carreira que valorize o professor e a professora e lhes dê condições de se dedicar integralmente ao magistério. Temos ainda que promover ações importantes, como a oferta da disciplina de História da África, que é garantida por lei, por melhores condições de trabalho, contra violência nas escolas, pela integração da comunidade escolar, entre várias outras. Mas a luta é válida, por que estamos lutando em defesa de uma sociedade melhor para todos e todas.

Portal da CUT

PEC que combate o Trabalho Escravo irá à votação no Senado nesta terça-feira (27)

26/05/2014

CUT pressiona para que plenário aprove a Proposta e não ceda aos interesses dos ruralistas

Escrito por: CUT Nacional

A Proposta de Emenda Constitucional 57A/1999, conhecida como a PEC do Trabalho Escravo, está prevista para ser votada no plenário do Senado nesta terça-feira (27) às 14h.

A proposta, que tramita há 15 anos no Congresso Nacional, determina a expropriação de propriedades rurais ou urbanas onde houver flagrante de trabalho escravo e as destinam à reforma agrária e ao uso social, como programas de habitação popular.

O trabalho escravo já é crime previsto no artigo 149 do Código Penal. Apesar disso, a bancada ruralista tenta condicionar a votação à regulamentação do "conceito de trabalho escravo", o que abriria brechas à nova lei quanto ao rigor da fiscalização.

A CUT defende a aprovação imediata da PEC, como ela está, e exige que a definição constante no Código Penal, que tipifica este crime, seja respeitada.

Para a Central, a aprovação da PEC é fundamental para por fim a esta prática que envergonha nosso País e para garantir a dignidade de todo e qualquer trabalhador brasileiro.

Portal da CTB

Ato em defesa da Petrobrás acontece nesta terça-feira em São Paulo

A CTB, CUT e vários sindicatos e organizações sociais, junto com os petroleiros, voltam a ocupar as ruas para protestar contra os ataques da mídia e da direita que tudo fazem para tentar desestabilizar a Petrobrás.

Desta vez, o local escolhido é a cidade de São Paulo. Uma grande manifestação tomará a sede da empresa na terça-feira (27), na Avenida Paulista, 901, quando os trabalhadores se concentrarão a partir das 11 horas.

Estão sendo esperadas centenas de manifestantes, entre petroleiros, estudantes, militantes sociais e trabalhadores de outras categorias.

Ao lado da FUP e do Sindipetro Unificado do Estado de São Paulo, a CUT trará caravanas com petroleiros de outros estados para somarem-se à manifestação.

Além de cobrar uma gestão 100% estatal e pública para a Petrobrás, com controle social e participação dos trabalhadores, o ato alertará a população para as reais intenções da mídia e dos políticos nesta campanha contra a empresa.

"Nós sabemos que a direita que ataca a Petrobrás, quis vendê-la no passado. Precarizou a empresa, diminuiu número de trabalhadores, tomou decisões muito ruins e fez o contrário do que diz que quer fazer agora", destaca Roni Anderson Barbosa, petroleiro paranaense que integra a Executiva Nacional da CUT.

Para ele, os ataques tem estreita relação com o pré-sal e com as eleições. "A direita e a mídia golpista querem mudar a legislação pois não aceitam a Petrobrás como operadora única do pré-sal".

Ato em Defesa da Petrobrás – 27 de maio de 2014 – São Paulo – SP Concentração em frente à sede da empresa, na Avenida Paulista, 901 – A partir das 11h.

Portal Mundo Sindical

Motoristas de SP: desembargadora diz que sindicato é único representante legítimo

Terminou sem definição a audiência realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região para buscar um acordo em torno da greve de motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo. A desembargadora Rilma Hemetério explicou que o encontro de quinta (22) se tratava apenas de tentativa de conciliação entre os grupos que promoveram a paralisação à revelia do sindicato, os representantes da lei da categoria e os integrantes do sindicato patronal. Assim, segue valendo a liminar concedida ontem (21), pela mesma magistrada, que determina ao menos 75% de trabalhadores operando os coletivos, mas não impede a greve. O julgamento deve ser na próxima semana.

A desembargadora deixou de lado o fato de que um grupo de trabalhadores faz o movimento em desentendimento com a direção do sindicato. "A única representação legítima de trabalhadores é o sindicato, que no Brasil é único, por categoria. Portanto, só poderão se pronunciar os dois lados: empregadores e sindicato", afirmou. Um representante dos grevistas acompanhou a audiência em silêncio e deixou o local sem falar com os jornalistas.

A desembargadora tratou todo o processo como sendo litígio entre o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPUrbanuss) e o Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo (Sindmotoristas). Mas deu um "puxão de orelha" em ambos, por não terem reagido antes à situação. "Os senhores têm diversos dispositivos à disposição. Fiquei esses dois dias esperando que alguém se manifestasse. A Justiça não pode agir por conta. Espero que entendam isso", criticou.

A greve se desencadeou na terça-feira, depois que um grupo de trabalhadores teria ficado insatisfeito com a proposta de reajuste aceita pelo sindicato, de 10%. Houve um questionamento à realização da assembleia na segunda-feira: de acordo com o grupo que se revoltou, a votação foi feita sem uma convocação clara da categoria. Inicialmente, os segmentos que se organizaram para a paralisação apresentaram um pedido de reajuste de 30%, mas, ontem, durante conversa na Superintendência do Ministério do Trabalho em São Paulo, a reivindicação caiu para 13%. Apesar da falta de acordo com as empresas, os trabalhadores aceitaram encerrar a greve e buscar uma reunião com o prefeito da capital, Fernando Haddad (PT), para pedir que pressionasse o setor privado a reabrir negociação.

Hoje, durante seminário, Haddad rejeitou dialogar com os líderes da greve. "Conversei diversas vezes com o ministro do Trabalho [Manoel Dias] e por orientação dele decidimos centralizar a atenção na audiência de hoje. A Justiça do Trabalho é o ambiente mais adequado inclusive para validar os termos de qualquer acordo entre empregadores e empregados", afirmou.

Na audiência no TRT, a desembargadora comentou que deve se levar em consideração os danos causados à população pelos dias de paralisação e de alguma forma isso deve ser considerado na decisão sobre a legalidade do movimento. "É lamentável termos uma situação como essa neste tribunal", afirmou.

O Ministério Público do Trabalho teve rejeitado o pedido de que a prefeitura fosse incluída como parte no processo. A gestão Haddad tem defendido desde o começo que a negociação se dá no âmbito privado, por envolver empresas privadas e funcionários, visão que foi acolhida pela desembargadora.

O Ministério Público pediu que a greve seja considerada abusiva, com multa de R\$ 500 mil por dia de paralisação, e cobrou também apuração de responsabilidades e avaliação dos prejuízos causados à população paulistana.

Para o órgão, diversos dispositivos legais foram desconsiderados, como o aviso anterior à ação de greve, a proporcionalidade do ato, o respeito ao oferecimento de contingente mínimo para atender a serviço essencial, além da própria liminar concedida ontem, que não foi respeitada pelos trabalhadores da viação Santa Brígida na manhã de hoje.

Os dois lados em conciliação atuaram claramente pelo fim da greve. Dirigentes sindicais e representantes dos empresários disseram não haver litígio e garantiram que não há alterações a fazer no acordo coletivo.

O sindicato dos motoristas apresentou defesa sobre o pedido de declaração de ilegalidade da greve, cobrado pelo SPUrbanuss, mas aceitou o pedido de fim do movimento. Os patrões têm 24 horas para apresentar contestação. O processo então será encaminhado para o relator, que ainda não foi definido, e só então irá ao plenário do tribunal para decisão.

O advogado do SPUrbanuss, Antonio Roberto Pavanni, declarou apenas que acredita que a greve será julgada ilegal e que as empresas não serão punidas pelo ocorrido. Os representantes do Sindmotoristas saíram sem falar com a imprensa.

Fonte: Rodrigo Gomes/RBA - 26/05/2014

Organizado por Ernesto Germano